



## Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

PARECER Nº 76/2025

Câmara Municipal de Querência - MT  
PROTOCOLO GERAL 1438/2025  
Data: 15/12/2025 - Horário: 12:13  
Legislativo

Da Comissão De Constituição, Justiça e Redação, sobre Projeto de Lei Ordinária nº 50 de 2025 Altera a Lei Municipal nº1.549/2024, de 19 de fevereiro de 2024, e dá outras providências.

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) o Projeto de Lei Municipal nº 050/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que visa alterar o Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.549/2024.

A Lei original (1.549/2024) denominou "Rua Baltazar Felizardo de Jesus" apenas o trecho correspondente à Quadra 17 da Rua 08. A presente propositura busca corrigir essa segmentação, estendendo a nomenclatura oficial para **toda a extensão da referida via pública**.

Na Mensagem Justificativa, o Executivo argumenta que a alteração é necessária para garantir a padronização urbanística, a coerência no ordenamento territorial e evitar divergências cadastrais junto a órgãos públicos e concessionárias de serviços (água, luz, correios).

Consta dos autos o **Parecer Jurídico nº 108/2025**, emitido pela Procuradoria desta Casa, opinando pela legalidade e regular tramitação da matéria.

### II – ANÁLISE

A análise da propositura sob o prisma jurídico-constitucional revela sua plena regularidade:

1. **Competência Material:** A matéria versa sobre assunto de interesse local, especificamente o ordenamento territorial e a denominação de logradouros públicos. A Constituição Federal, em seu Art. 30, inciso I, confere aos Municípios a competência para legislar sobre tais temas.
2. **Iniciativa:** Embora a denominação de ruas seja, via de regra, competência comum (podendo ser iniciada tanto pelo Legislativo quanto pelo Executivo), a iniciativa do Prefeito é legítima e encontra amparo no Art. 80 da Lei Orgânica Municipal, que lhe confere a direção superior da administração, o que inclui a gestão do cadastro imobiliário e logradouros.
3. **Mérito Administrativo:** A proposta corrige uma distorção urbanística. Manter uma mesma rua com nomes diferentes em quadras distintas (ou parte com nome oficial e parte com designação numérica) gera confusão registral e prejudica a entrega de correspondências e serviços. A unificação da nomenclatura atende ao Princípio da Eficiência (Art. 37, CF/88).

RUA WERNER CARLOS GALLE, 265, SETOR C –  
FONE/FAX:(066) 3529 1119-1066



## Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

A Procuradoria Jurídica desta Casa, através do Parecer nº 108/2025, corroborou este entendimento, destacando que a medida promove a "segurança e clareza nos registros de endereços".

Sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), verifica-se:

1. **Ausência de Impacto Financeiro:** A alteração da abrangência do nome da rua não gera criação de despesa continuada, nem expansão de ação governamental que demande estimativa de impacto orçamentário-financeiro (Art. 16, LRF).
2. **Despesas Operacionais:** Eventuais custos com a troca ou instalação de novas placas de sinalização são despesas de custeio administrativo corriqueiro, perfeitamente suportáveis pelas dotações orçamentárias vigentes da Secretaria de Obras/Urbanismo, conforme declarado na Mensagem do Executivo.

Portanto, não há óbice financeiro para a aprovação.

A redação do Projeto obedece aos ditames da Lei Complementar nº 95/1998:

- A alteração é feita através de nova lei que modifica a redação do dispositivo da lei anterior (Art. 12, III, LC 95/98), técnica correta para este caso.
- A ementa é clara e precisa.
- A cláusula de vigência é imediata, adequada para normas de efeito administrativo concreto.

Não há necessidade de emendas de redação.

Diante do exposto, considerando a competência municipal para legislar sobre o tema, a necessidade de organização urbanística e a inexistência de vícios legais ou financeiros, exaro voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 050/2025 em sua integralidade.

ISTO POSTO, sou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do **Projeto de Lei nº 50/2025** de autoria do Poder Executivo de acordo com o atendimento da solicitação apresentada.

É o que tenho a manifestar.

### III- VOTO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por seus membros infra-assinados, após analisar o **Projeto de Lei nº 50/2025**, de autoria do Poder Executivo, que "**Altera a Lei Municipal nº1.549/2024, de 19 de fevereiro de 2024, e dá outras providências**" e em conformidade com as conclusões do relatório exarado pela Relatora Vereadora, votam da seguinte maneira:



3

**Estado de Mato Grosso**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**

Beatriz Steffen: **Aprova**

Keila Marques: **Aprova**

Mestre Dragão: **Aprova**

É esse o parecer da presente Comissão, s. m. j.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2025.

Beatriz Steffen  
Presidente da CCJR

Keila Marques  
Relatora da CCJR

Mestre Dragão  
Membro da CCJR